

# Comissão do Senado diz que acordo atrela país ao FMI

BRASÍLIA — Ao assinar o acordo preliminar — o chamado *term sheet* — de reestruturação da dívida externa com o comitê de bancos credores, no dia 22, o governo brasileiro aceitou condicionar o planejamento econômico do país e o desenvolvimento de projetos setoriais aos interesses do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. A denúncia foi feita ontem pelo presidente da Comissão Especial da Dívida Externa do Senado, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), com base no texto completo do acordo da dívida obtida pela comissão por meios extra-oficiais.

Irritado com o ministro da Fazenda, Mafson da Nóbrega, a quem acusou de "sonegar informações ao Congresso e à sociedade", Chiarelli destacou no documento de 170 páginas, que selou o acordo, duas cláusulas mantidas em sigilo pelo governo e que apontam para "um supertutelamento da política econômica aos interesses dos bancos", disse o senador.

O documento do acordo revela que o governo brasileiro aceitou vinculação do desembolso das duas primeiras parcelas do financiamento de US\$ 5,2 bilhões acertado com os bancos, entre eles a reforma financeira. Outro item do documento, segundo Chiarelli, ressalva um compromisso assumido pelo governo brasileiro de manter inalterada a resolução 1460, que criou o programa de conversão da dívida.

**Condições** — As condições para a efetivação dos desembolsos — o primeiro de US\$ 4 bilhões, previsto para as próximas semanas, e o segundo de US\$ 600 milhões, prometido para dezembro — consomem quatro páginas e meia do documento, sendo que a primeira se vincula à liberação de recursos de três empréstimos já firmados pelo país com o Banco Mundial e à aprovação de outros quatro financiamentos. "Como as condições do Banco para liberar o dinheiro são bastante rígidas, os banqueiros conseguem desta forma substituir com vantagem a ausência de um monitoramento tradicional a cargo do FMI", pondera o economista e assessor da Comissão da Dívida Externa, Petrônio Portela Filho.

A exigência de manutenção do programa de conversão da dívida, contida no acordo, tem a

concordância do governo brasileiro desde a elaboração da versão preliminar do texto, concluída em 9 de maio. A Comissão da Dívida Externa conseguiu também este documento, cuja existência foi negada pelo ministro Mafson da Nóbrega, em telegrama enviado à Comissão no dia 14 daquele mês. "O que o ministro falou que não existia está aqui na nossa mão", disse Chiarelli. A versão completa do acordo não se repete a exigência do texto provisório, como reproduz em inglês o texto da resolução 1460.

**Sigilo** — A "análise crítica" do acordo, elaborada pela assessoria técnica da Comissão, e reproduzida em documento a ser distribuído aos senadores destaca, ainda, outros trechos do documento mantidos em sigilo pelo governo. Ficou acertado com o credor, por exemplo, que o período de carência para o pagamento do principal da dívida, entre 1987 e 1993, não é pleno. Durante este período o Brasil se compromete a partir de 1991 a fazer pagamentos do principal.

Os credores contarão ainda com uma sobreposição de incentivos para adesões antecipadas à formação do fundo de empréstimo. A sobreposição surge da concessão de incentivos à formação do fundo de US\$ 5,2 bilhões, que inclui, por sua vez, a renovação do empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões, concedido em dezembro e da mesma forma incentivado. "É mais uma contradição deste governo que congela a URP aqui dentro e dá duplo abono para os credores privados", afirma Chiarelli.

O senador espera que o ministro da Fazenda compareça perante a Comissão da Dívida tão logo termine o recesso parlamentar, na primeira semana de agosto. "Queremos que ele explique os termos do acordo e também porque tem sonogado sistematicamente informações ao Congresso", disse Chiarelli. Para o senador, a Comissão da Dívida Externa "nunca esteve tão mal informada como na gestão de Mafson da Nóbrega".

Chiarelli acusa o ministro de obstruir o acompanhamento que o Congresso pretende fazer das negociações em torno da dívida e lamenta que o Ministério da Fazenda venha repetindo "o estilo de trabalho da Velha República".